

Arquivos Pessoais de Titulares de Cargos Públicos: Curadoria e Tratamento Técnico

Instituto Fernando Henrique Cardoso, 5 e 6 de novembro de 2007

Comentários à palestra:

“Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de FHC”, proferida pela Prof. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo.

Luciana Heymann¹

Gostaria de iniciar meus comentários chamando a atenção para a importância do arquivo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, depositado no iFHC, cuja integridade, somada à relevância da trajetória do titular – atributos que nem sempre são coincidentes quando se trata de arquivos pessoais –, o transforma em um conjunto documental de enorme valor para a pesquisa histórica. Em segundo lugar, me parece igualmente digno de registro a competência do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Instituto visando a dar cumprimento ao primeiro dos dois objetivos que orientaram a sua criação, qual seja, preservar, catalogar e disponibilizar o Acervo Presidente FHC.

A publicação de *Tempo e Circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais* – obra cuja introdução teórica acaba de ser apresentada por uma de suas autoras – é uma contribuição extremamente relevante para a disciplina arquivística de uma maneira geral. Ao discutir princípios e procedimentos destinados à organização de arquivos pessoais, o livro focaliza uma área particularmente carente de investimentos intelectuais e de discussão teórica dentro do vasto campo dos arquivos. Merece menção especial a riqueza de referências bibliográficas fornecidas ao leitor, o que possibilita, além do cotejo

¹ Pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) e professora da Escola Superior de Ciências Sociais da FGV.

da bibliografia utilizada, acompanhar o debate que está sendo travado pelas autoras com a literatura da área.

Finalizando essas observações de caráter geral, chamo a atenção ainda para o fato de o livro conter um importante instrumento para profissionais que lidam com acervos privados pessoais: um glossário de documentos. Esse tipo de ferramenta é fundamental ao tratamento arquivístico, na medida em que ajuda a dar consistência às categorias utilizadas na descrição documental, conferindo precisão à informação organizada. Especialmente no caso de titulares de cargos públicos, o glossário ajuda a revelar a natureza mesma deste tipo de acervo, marcado pela imprecisão de fronteiras entre o oficial e o particular, o público e o privado.

Focalizando mais especificamente o que me compete comentar, inicio declarando o que considero um dos maiores méritos da perspectiva adotada em *Tempo e Circunstância*: a absoluta fidelidade à premissa de “tratar o arquivo pessoal como conjunto indissociável, cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mútuas articulações”. Dela decorreu a decisão de incorporar livros e objetos ao mundo dos arquivos, implicando o entendimento da noção de arquivo em seu sentido amplo – conjunto de documentos, qualquer que seja sua data, sua forma e seu suporte, produzido ou recebido por pessoa física ou moral, pública ou privada, no curso e para o exercício de suas atividades –, em detrimento de considerações baseadas nas características físicas do material ou em convenções disciplinares que, se assumidas de forma burocrática, podem obscurecer o sentido dos elementos que se pretende descrever.

A opção adotada no tratamento do Acervo Presidente FHC caminhou, assim, na contramão de qualquer formalismo, ao buscar os contextos que conferem inteligibilidade aos livros que o compõem, seja chamando a atenção para as áreas de interesse do casal Fernando Henrique e Ruth Cardoso, seja valorizando as circunstâncias que explicam a presença de certos livros no acervo, mas, também, ao sinalizar o duplo tratamento a que alguns documentos de arquivo podem ser submetidos nos casos em que uma referência bibliográfica é cabível. Essa abordagem, fiel à organicidade fundamental dos arquivos, pode

favorecer em muito a compreensão de sua natureza, tantas vezes ignorada, até mesmo por historiadores.

A segunda premissa adotada postula a necessidade de reconhecer os nexos dos documentos com as atividades e funções que os originaram. Essa premissa, conquanto reafirme a adoção de uma abordagem estritamente arquivística no tratamento dos arquivos pessoais – esforço ao qual me associo pessoalmente –, coloca grandes desafios ao tratamento de conjuntos documentais de natureza pessoal. Tendo a concordar com as críticas formuladas em *Tempo e Circunstância* à adoção de classificações por tipo de documento, por suporte, ou mesmo por assunto. De fato, em muitos casos, tais opções refletem uma incompreensão da natureza do objeto em questão ou, talvez, a falta de uma reflexão que livros como esse podem ajudar a subsidiar. Algumas considerações, no entanto, me parecem pertinentes.

É importante ter em mente que a contextualização, como definida na obra, é absolutamente facilitada quando se está lidando com arquivos pessoais de titulares que desempenharam cargos públicos, situação em que um *staff* encarregado de receber, catalogar e ordenar a documentação garante os meios para seu tratamento posterior. No caso de presidentes da República, e, sobretudo, após a Lei n. 8.394, de 1991, que declara de interesse público os acervos documentais privados de presidentes da República e cria a Secretaria (hoje Departamento) de Documentação Histórica, a documentação, desde a sua produção ou o seu recebimento pelo Gabinete do Presidente, é submetida a uma série de procedimentos que assegura os metadados necessários à contextualização. A produção e a acumulação de documentos do cidadão investido na Presidência adquirem, assim, caráter de rotina. Basta atentar para o volume de documentos que integram o Acervo Presidente FHC em seus diferentes blocos: enquanto o período pré-presidencial é composto por 175 caixas-arquivo, o período presidencial – que corresponde a 8 anos de atividade do titular - possui mais de mil caixas-arquivo. Um outro indicador dessa especificidade é a própria decisão da equipe responsável pela organização do arquivo no Instituto FHC, de dar tratamento individualizado aos documentos, tomada com o objetivo declarado

de “aproveitar o trabalho realizado pelo sistema de informações da Presidência da República”.²

Se levarmos em conta que o período pré-presidencial inclui a atuação do titular como senador e como ministro, vemos que uma parcela enorme de documentos conta com os subsídios necessários à sua correta contextualização, minimizando o grau de incerteza de seu tratamento.³ Nessa linha de raciocínio, vale chamar a atenção para o fato de a documentação do período pós-presidencial, produzida e acumulada a partir de 2003, contar com a estrutura do próprio Instituto, que, se não reproduz as condições do Gabinete do Presidente, é a maior garantia de controle das informações do acervo, posto que foi criado, exatamente, para organizá-lo e tratá-lo. Nessa fase, a contextualização nos moldes propostos por *Tempo e Circunstância* é coetânea à própria constituição do arquivo.

Last but not least, chamo a atenção para o fato de o acervo do ex-presidente FHC estar, há quase trinta anos – com pequenas discontinuidades – sob a guarda de Danielle Ardaillon, que, em 1978, ao entrar para o Cebrap como secretária acadêmica, começou, entre outras atividades, a se ocupar dos papéis do sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Nesse ponto, minha reflexão se inspira no texto de Bruno Delmas citado em *Tempo e Circunstância*, quando este sugere que os arquivistas podem produzir “novas fontes” – tais como testemunhos orais – capazes de ajudar na restituição do contexto de determinados documentos, auxiliando, assim, a sua compreensão.⁴ No caso do Acervo Presidente FHC, além de se poder contar com o testemunho de Danielle, conta-se, fundamentalmente, com a possibilidade de consulta ao próprio titular.

Nesse sentido, não apenas a decisão de tomar o documento singular como unidade de descrição, mas também a que a acompanha – definir o *evento* como eixo da operação classificatória básica –, foram sugeridas pelo próprio arquivo de

² Cf. CAMARGO, Ana Maria de Almeida e GOULART, Silvana. *Tempo e Circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo, Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. p.35.

³ O *clipping* (ou noticiário de imprensa, segundo o glossário) que acompanha a atuação pública do titular desde a fase pré-presidencial é um instrumento que, igualmente, auxilia substancialmente a contextualização dos documentos.

⁴ DELMAS, Bruno. Manifesto for a contemporary diplomacy: from institutional documents to organic information. *The American Archivist*, Chicago, v. 59, n. 4, 1996, p. 438-452.

Fernando Henrique Cardoso. Essa “modalidade particular de contextualização, que focaliza as circunstâncias mais próximas e imediatas que justificam o documento”,⁵ tem sua operacionalidade garantida, portanto, pelas características próprias da documentação. Essa observação me parece importante no sentido de deixar claro que a busca da lógica orgânica dos conjuntos documentais e seu corolário – o esforço de contextualização dos documentos –, adotados como princípios ou “nortes”, não definem *a priori* os parâmetros das unidades de descrição. *Tempo e circunstância* não deve ser lido como receita de bolo, mas como declaração de princípios.

De fato, uma gama enorme de documentos de arquivos pessoais escapa à contextualização precisa e, sobretudo, a essa classificação – por evento – indicativa de uma acumulação marcada pelas efemérides e pelos acontecimentos de rotina, sempre identificáveis. A tabela de tipos de eventos apresentada como anexo ao livro constitui um importante exercício de sistematização, mas o evento, entendido como chave da operação classificatória, não me parece capaz de contextualizar a pluralidade de documentos passível de integrar um arquivo pessoal. A ausência de metadados que caracteriza esse tipo de fundo, bem como a dificuldade de recorrer ao titular ou outros agentes capazes de elucidar as condições precisas de produção dos documentos tornam essa chave classificatória inoperante na maioria dos casos.

Para além dessa limitação, alguns documentos, por sua própria natureza, parecem escapar a essa abordagem. Como relacionar, por exemplo, os cerca de sete mil fragmentos de escritos autobiográficos que integram o arquivo de Gustavo Capanema a um evento?⁶ Como contextualizar dentro deste parâmetro uma foto, seja um retrato, seja uma paisagem, quando, como tantas vezes acontece, não dispomos de legendas?

Tendo em vista tal dificuldade, que advém da própria natureza deste tipo de arquivo, talvez fosse interessante incluir uma terceira categoria de nexos a ser incorporada ao tratamento dos arquivos pessoais de modo a garantir-lhes todo o

⁵ Cf. CAMARGO, Ana Maria de Almeida e GOULART, Silvana. *Op. cit.* p. 64.

⁶ Cf. FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998, p. 59-87.

seu sentido, para além do nexos entre os documentos que compõem o arquivo e do nexos que une os documentos às atividades que os originaram. Refiro-me ao nexos que une o titular ao conjunto de documentos que constituem os seus “papéis”.

Essa terceira chave de contextualização aponta, exatamente, para a especificidade deste tipo de conjunto documental, sem negar sua natureza arquivística nem depositar nos documentos alguma potência distintiva por se tratar de documentos pessoais, como sugerido no texto de Catherine Hobbs, citado criticamente em *Tempo e Circunstância*.⁷ De fato, o que distingue esses conjuntos documentais é seu processo de acumulação, é a relação específica que une entidade produtora e arquivo. Não me refiro aqui às relações entre atividades desempenhadas e documentos, ou entre interesses particulares e documentos, articulações que configuram o próprio arquivo pessoal, mas aos **usos** dados pelos titulares aos seus documentos, às razões pelas quais, para além da dimensão de prova caracteristicamente associada a determinados tipos documentais, os titulares os acumulam.

Para ilustrar o meu ponto, vou buscar apoio na documentação que integra o arquivo pessoal de **Darcy Ribeiro**, um intelectual que também teve atuação política. Nesse arquivo, o volume significativo de cópias e versões de textos de sua autoria, destituídos de marcos de identificação, chamava a atenção e colocava um desafio à equipe responsável por sua organização.⁸ Essa característica, no entanto, constitui pista interessante para entender não apenas a lógica da produção intelectual de Darcy como também a da configuração de seu arquivo.

O constante investimento nos mesmos temas, dos anos 1950 até o seu falecimento em 1997 – a defesa dos índios, a preocupação com a educação, a América Latina, entre outros –, levou a equipe a suspeitar que a documentação que Darcy Ribeiro acumulava tinha um “valor de uso” significativo para o titular. Darcy manuseava a documentação que guardava, copiava documentos sobre os

⁷ HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. *Archivaria*, Ottawa, n. 52, p. 126-135, 2001.

⁸ A Fundação Darcy Ribeiro firmou dois convênios com o CPDOC/FGV para a organização do arquivo de seu titular. O primeiro vigorou de agosto de 2000 a dezembro de 2001, e o segundo vigorou durante todo o ano de 2003. Nos dois momentos, fui responsável pela coordenação dos trabalhos. Após 2003, a organização do arquivo prosseguiu a cargo de parte da equipe, então absorvida pela Fundação Darcy Ribeiro.

quais refazia textos, anotava referências, deixando entrever, nas múltiplas cópias de seus escritos, marcos de usos e temporalidades distintos. Assim, por meio do arquivo, revelava-se o quanto seus múltiplos “fazimentos”, como ele próprio designava as suas realizações, continham uma dimensão de “refazimentos”.

Tal característica, muitas vezes, dificultava a contextualização dos documentos, na medida em que as inúmeras cópias não podiam ser imediatamente associadas a uma duplicidade da documentação, nem tampouco a eventos que os tivessem originado. Em geral, no arquivo de Darcy, as cópias remetem a um processo de ressignificação, de atualização de idéias e formulações. A partir do momento em que a lógica da produção de seu arquivo se revelou – e é para essa dimensão contextual que gostaria de chamar a atenção –, ganhou sentido o fato de textos de igual conteúdo possuírem versões que distavam no tempo ou no espaço e que uma leitura apressada localizaria em um único e mesmo “fazimento”.⁹

Atentar para o nexo que une o titular a seus “papéis” pode, portanto, auxiliar na compreensão não apenas do *como* dos documentos, mas também do *quando*, ao apontar para outro aspecto da dimensão temporal de que se revestem os arquivos – os documentos não são guardados de uma vez por todas, eles voltam à tona, são utilizados e podem dar origem a outros.¹⁰ Nesse sentido, o próprio arquivo pode ser a chave para entender o contexto de produção de certos documentos.

Esse nexo, de fato, ajuda a recuperar a conexão lógica e formal que liga o conjunto documental – e não apenas suas partes – à entidade que lhe deu origem. Considero que essa perspectiva não se opõe de modo algum à que está sendo postulada na obra em questão. Ao contrário, vai ao encontro da sugestão de considerar, seguindo Angelika Menne-Haritz, a dimensão não verbal das informações dos documentos de arquivo.¹¹

⁹ Uma análise das características do arquivo Darcy Ribeiro encontra-se em HEYMANN, Luciana Quillet. Os “fazimentos” do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, julho-dezembro de 2005, p. 43-58.

¹⁰ A menção ao “como” e ao “quando” remete à frase de abertura de *Tempo e Circunstância*: “Quando’ e ‘como’ são as perguntas que sempre ocorrem ao profissional da área de arquivo na tentativa de caracterizar a produção dos documentos, considerados individualmente ou em conjunto”. *Op. cit.* p. 21

¹¹ A referência a essa idéia encontra-se em *Tempo e Circunstância*, *ibidem*, p.49.

Finalmente, *Tempo e Circunstância*, além de toda competência e rigor em matéria arquivística e de ser um texto “bom para pensar”, fornece uma chave para a compreensão do arquivo FHC. Além das ferramentas de busca, tais como bases de dados, imprescindíveis ao acesso à documentação, a obra, ao explicitar os princípios adotados e as opções metodológicas privilegiadas, fornece aos diferentes tipos de usuários a que se destina o arquivo um subsídio importante para a sua compreensão como produto sociocultural.

Partilho da perspectiva, explicitada por Étienne Anheim e Olivier Poncet, que considera que as fontes arquivadas são, necessariamente, fabricadas em dois tempos – um primeiro enquanto documentos e um segundo enquanto arquivos, ou seja, documentos conservados, classificados e inventariados.¹² Dessa perspectiva decorre a visão de que o arquivista efetua, necessariamente, um trabalho crítico sobre a documentação, que se expressa na configuração das fontes que disponibiliza. Um trabalho crítico – é bom que se diga – de natureza totalmente distinta daquele empreendido pelo historiador.

Nesse sentido, a explicitação dos princípios e dos procedimentos adotados na organização dos documentos – do caminho sinuoso, mas nem por isso arbitrário, percorrido pelo arquivista – é a maneira mais transparente de apresentar o arquivo, funcionando como meio de acesso à própria natureza da documentação, ela mesma sugestiva, como vimos, dos rumos tomados ao longo de seu tratamento técnico. Esse procedimento contribui para conferir historicidade – ou contextualidade, se preferirem – ao arquivo entendido na perspectiva de produto sociocultural.

Por tudo isso, felicito as autoras do livro, Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart, e o Instituto Fernando Henrique Cardoso, na pessoa da curadora do Acervo Presidente FHC, Danielle Ardaillon, por sua publicação. Felicito e agradeço, pois, a partir dele, certamente um debate renovado irá se iniciar no campo dos arquivos pessoais.

¹² Anheim, Étienne e Poncet, Olivier. *Fabrique des archives, fabrique de l’histoire*, *Revue de Synthèse*, n. 125, 2004, p. 1-14.